



Código de Ética

Versão 1.3 – janeiro de 2026

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

ÍNDICE

1. Objetivo e Abrangência.....	3
2. Base Legal.....	3
3. Responsabilidade	5
4. Princípios Éticos e Normas de Conduta.....	6
5. Relação com Meios de Comunicação	9
6. Relação com Direito de Propriedade e de Imagem	9
7. Benefícios, Presentes e Vantagens	9
8. Soft Dollar.....	10
9. Segregação das atividades e informações confidenciais	11
10. Conflito de interesses	14
11. Sansões.....	17
12. Documentação e Armazenamento	18
13. Dúvidas.....	18
14. Revisão e Programa de Compliance	18
15. Controle de Versões	19

1. Objetivo e Abrangência

Este documento, denominado ("Código de Ética" e "Conduta") ou simplesmente ("Código"), tem como objetivo formalizar as diretrizes de ética e conduta aplicáveis a todos os Colaboradores das gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. ("Parcitas"). O Código é elaborado em conformidade com as leis, normativas, ofícios e orientações dos reguladores e autorreguladores que regem as atividades da Parcitas.

Além disso, os princípios, conceitos e valores estabelecidos neste Código deverão, na medida do possível, ser observados e disseminados por todos os Colaboradores, abrangendo também aqueles que mantenham vínculos societários, empregatícios, de estágio, contratuais ou de confiança com a Parcitas.

Este Código reflete o compromisso da Gestora com os valores de integridade, confiança e respeito, que norteiam sua cultura organizacional. **Repudiamos qualquer atitude motivada por preconceitos** relacionados à origem, etnia, religião, classe social, sexo, orientação sexual, deficiência física ou qualquer outra forma de discriminação.

A abrangência desta política se aplica a todos aqueles Colaboradores que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia ou de estágio com a Parcitas ("Colaboradores").

2. Base Legal

O Código de Ética e Conduta da Parcitas é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho de todos os Colaboradores, refletindo o compromisso da organização com a conformidade regulatória estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"), bem como o cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Este Código orienta as ações e decisões de todos os Colaboradores, assegurando que as atividades da Parcitas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam o Código de Conduta da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários,

estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.

- Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021: Trata da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/CFT), exigindo rigorosos controles internos e procedimentos para mitigar esses riscos.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Ofício Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orienta sobre as rotinas e controles internos relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Código de Ética da Anbima: Em vigor desde 1º de julho de 2021, estabelece os princípios éticos e de conduta para as instituições associadas, incluindo a Parcitas.
- Código Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Norma Anticorrupção: Regulamentada pela Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e pelo decreto nº 11.129 de 11 de julho de 2022, responsabiliza administrativamente e civilmente as pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- Lei da Lavagem de Dinheiro: Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e estabelece o Conselho de Controles de Atividades Financeiras.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação do Código

Para a interpretação dos dispositivos deste Código de Conduta, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade do Código

As disposições deste Código aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

O Código de Conduta da Parcitas serve como uma bússola ética e regulatória, orientando as ações de todos os Colaboradores para garantir que a empresa opere dentro dos mais altos padrões de conformidade e integridade. O cumprimento rigoroso dessas diretrizes é essencial para preservar a reputação da Parcitas e garantir a sustentabilidade de suas operações em um ambiente regulatório complexo e dinâmico.

3. Responsabilidade

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta política é uma atribuição do Diretor estatutário responsável pela Gestão de Riscos, Compliance, Controles Internos e de Prevenção a Lavagem de Dinheiro da Parcitas ("Diretor de Riscos e Compliance"), nos termos da Resolução CVM 21.

O Diretor de Riscos e Compliance também tem como responsabilidade monitorar e garantir a adesão e o cumprimento deste Código, através do termo de adesão constante no Anexo I, além de resolver conflitos não solucionados pela cadeia de comando ou não previstos neste Código. No seu dever fiduciário, sendo assim, em atenção ao disposto no art. 18, VIII, da Resolução CVM nº 21/2021, caso seja verificado pela Parcitas a ocorrência ou indício de violação a qualquer normativo exarado pela CVM, o Diretor de Riscos e Compliance se compromete a informar tal ocorrência ou indício de violação em até 10 (dez) dias úteis.

É de responsabilidade de todos os Colaboradores da Parcitas, no âmbito das atividades que

desempenha, entender e agir em conformidade com os termos dispostos neste código, conforme treinamentos recebidos com as matérias aqui tratadas, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis. Cada Colaborador deve zelar pelo melhor interesse da Parcitas e dos seus investidores, e se souber de informações ou situações em andamento, que possam afetar, gerar conflitos ou, ainda, se revelarem contrárias aos termos previstos neste Código, deverá obrigatoriamente informar o Diretor de Riscos e Compliance ou algum dos membros do Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas Investimentos para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Toda comunicação com a equipe de Risco e Compliance é tratada de forma confidencial e deve ser realizada por meio do e-mail compliance@parcitas.com.br ou através do Canal de Denúncias disponível para os Colaboradores no parcitas.com.br/canal-de-denuncias.

A Parcitas incentiva seus Colaboradores a reportarem atividades que não estejam em conformidade com este Código, contribuindo assim para garantir que os preceitos da conduta ética nas ações individuais e nas operações da empresa estejam alinhados com os valores da Parcitas e as leis e regulamentações vigentes. Nenhum colaborador será retaliado por comunicar, de boa-fé, violações ou possíveis violações deste Manual. No entanto, Colaboradores que se omitirem dessa responsabilidade poderão estar sujeitos às sanções estabelecidas neste Manual de Controles Internos da Gestora.

Se a violação ou suspeita envolver o próprio Diretor de Risco e Compliance, o colaborador deverá comunicar o fato aos demais administradores, diretamente ou por meio do Canal de Denúncias disponível.

4. Princípios Éticos e Normas de Conduta

Os sócios da Gestora buscam estabelecer uma cultura onde todos os Colaboradores reconheçam a interdependência entre a expansão dos negócios e a prática ética, sempre priorizando os interesses dos investidores.

A partir desta premissa este Código de Ética vem estabelecer normas, princípios, conceitos e valores que norteiam o padrão ético de conduta dos Colaboradores na sua atuação interna e com o mercado financeiro e de capitais, bem como suas relações com os investidores, fornecedores e com o público em geral.

Desta forma, busca-se a criação de um ambiente de trabalho livre, sem qualquer discriminação, sendo dever de todos os Colaboradores manterem conduta digna e não utilizar prerrogativas de cargo ou função para obtenção de quaisquer benefícios inclusive pessoais.

Conduta esta pautada nos seguintes princípios:

- Transparência: o colaborador deve oferecer e proporcionar conduta profissional de maneira íntegra e justa, devendo revelar conflitos de interesses surgidos durante e/ou em razão da prestação dos serviços.
- Competência: o colaborador deve prestar serviços aos investidores de maneira competente, mantendo um nível adequado de conhecimento e habilidade, aplicando-os na conduta e ação profissional, além disso, deve manter um compromisso de contínuo aperfeiçoamento profissional.
- Profissionalismo: o colaborador em todas as questões deve manifestar um comportamento digno, colaborativo e cortês com todos os investidores, profissionais, colegas e aqueles de profissões relacionadas.

4.1. Padrões de Conduta

Todos os Colaboradores devem:

- Executar suas atividades de maneira transparente e com respeito às leis e determinações dos órgãos de supervisão e inspeção do setor no qual operam, transmitindo tal imagem ao mercado;
- Ajudar a Gestora a perpetuar e demonstrar os valores e princípios aqui expostos;
- Atuar como todo ser humano ativo e probo o faria na condução de seus próprios negócios;
- Empregar os princípios, valores e conceitos do presente Código de Ética, em especial os princípios de transparência, competência e profissionalismo junto a todos aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, de estágio, profissional, contratual ou de confiança com a Gestora, bem como com reguladores e concorrentes;
- Atuar com pleno conhecimento sobre os assuntos de sua responsabilidade, conhecendo as leis, normas, contratos, políticas internas, melhores práticas e as normas/diretrizes de autorregulação aplicáveis às suas atividades, especialmente, mas a estas não se limitando, aquelas editadas pela CVM e ANBIMA;
- Atuar com total diligência e cuidado, evitando ações que ponham em risco a imagem da Gestora e o patrimônio tanto da mesma quanto de seus investidores;
- Não usar informações privilegiadas em benefício próprio ou de quaisquer terceiros;
- Não contratar parentes de 1.º ou 2.º grau de Colaboradores como fornecedor ou prestador

de serviço da Parcitas 1, devendo qualquer pedido de exceção ser submetida para aprovação do Diretor de Risco e Compliance;

- Não usar o vínculo de trabalho ou poder da função para obter quaisquer vantagens indevidas para si e/ou para outrem;
- Não utilizar, sem autorização, propriedade intelectual da Parcitas e/ou de seus investidores e concorrentes, bem como softwares não licenciados ou não autorizados;
- Não praticar atos de suborno, corrupção ou pagamento de propina como meio de obter negócios, benefícios ou favorecimento, para si, para a Parcitas ou seus investidores, ou para quaisquer terceiros;
- Não dar ou receber, de funcionários públicos ou outros agentes políticos, independentemente do valor, quaisquer presentes, entretenimento, cortesias, doações ou favores;
- Não participar, seja direta ou indiretamente de negócios ilícitos;
- Não fazer promessas de retornos futuros e/ou garantindo níveis de rentabilidade, com base em desempenho histórico da carteira ou de valores mobiliários e índices do mercado de valores mobiliários;
- Não negociar títulos e valores mobiliários com a finalidade de gerar receitas de corretagem ou de rebate para si e/ou para quaisquer terceiros.
- Evitar circunstâncias que possam produzir conflito entre interesses pessoais, interesses da Gestora e interesses dos investidores, atuando sempre de forma imparcial;
- Não praticar ou manifestar qualquer forma de discriminação em razão de condição física, raça, gênero, tendência política, credo religioso ou orientação sexual, e/ou tomar parte em qualquer situação que possa caracterizar assédio sexual ou moral, condições de trabalho indignas, ou abusos físicos/psicológicos;
- Confiar em seu próprio bom julgamento e serem incentivados a contribuir com um bom ambiente de trabalho;
- Manter reserva em relação a fatos ou informações de que tenha conhecimento no exercício de suas funções e em consequência delas;
- Não Participar como “ativista” de manifestações político-partidárias na condição de

1. Ou empresa nas quais detenham participação individual ou familiar.

profissional da Parcitas, ou em nome dela²;

- Informar imediatamente o Diretor de Riscos e Compliance qualquer situação que julgue merecer escrutínio maior;

Ressalta-se que em situações de incerteza quanto à melhor conduta ou procedimento, os Colaboradores deverão consultar seu superior direto e/ou o Diretor de Compliance e Risco.

5. Relação com Meios de Comunicação

A Parcitas vislumbra nos meios de comunicação um canal relevante de informação para os diversos segmentos de atuação da Gestora e está aberta a atender suas solicitações, sempre que isso for possível e não existirem obstáculos legais ou estratégicos, que serão explicitados aos veículos de comunicação quando ocorrerem.

Os representantes da Gestora perante qualquer meio de comunicação são, exclusivamente, seus sócios administradores e responsáveis pelas áreas de Gestão de Investimentos e Riscos, Compliance, conforme venham a ser definidos pela Parcitas Investimentos e/ou indicados no contrato social, que poderão delegar essa função sempre que considerarem adequado.

Adicionalmente, não obstante o disposto acima, os Colaboradores não devem criticar investidores, concorrentes, fornecedores ou órgãos públicos, reguladores e governamentais em público.

6. Relação com Direito de Propriedade e de Imagem

A Gestora é detentora dos direitos de propriedade de quaisquer materiais, produtos ou serviços que sejam criados, realizados, produzidos de qualquer forma durante a jornada de seus Colaboradores, dessa maneira ao término do vínculo entre Gestora e algum colaborador, o mesmo deverá devolver quaisquer recursos fornecidos pela empresa, sendo certo que este Código deverá ser respeitado juntamente das demais Códigos internos da Gestora.

7. Benefícios, Presentes e Vantagens

Os Colaboradores não devem, direta ou indiretamente, nem para si nem para terceiros, solicitar, aceitar ou admitir dinheiro, benefícios, favores, presentes, promessas ou quaisquer

2. O engajamento político particular, ativo – se for o caso – deve ser realizado com estrita observação dos limites, fronteiras e deveres das atividades e responsabilidades exercidas na Parcitas: a filiação partidária não é vedada, mas deve ser prévia e formalmente comunicada ao Diretor de Risco e Compliance.

outras vantagens que possam influenciar o desempenho de suas funções ou como recompensa por ato ou omissão decorrente de seu trabalho.

Os Colaboradores não poderão aceitar presentes, refeições ou outros benefícios de investidores ou parceiros sem prévia autorização do Diretor de Riscos e Compliance, nos seguintes casos:

- a) Refeição de valor superior a R\$500,00;
- b) Material publicitário ou promocional de valor superior a R\$500,00; e
- c) Qualquer presente ou benefício com valor superior a R\$500,00.

No caso de benefícios ou presentes de valores inferiores aos dispostos acima, o Colaborador poderá aceitá-lo, desde que não influenciem a imparcialidade no desempenho de suas funções, devendo ainda reportar ao Diretor de Riscos e Compliance.

Deve ser considerado o valor cumulativo de dois ou mais itens recebidos de um mesmo parceiro ou cliente.

8. Soft Dollar

Nos termos do artigo 102 da Resolução CVM nº 175/2022, é vedado ao gestor recebimento de qualquer remuneração, benefício ou vantagem direta ou indiretamente que potencialmente prejudique sua independência na tomada de decisão

Em termos gerais, soft dollar pode ser definido como sendo o benefício econômico, de natureza não pecuniária, eventualmente concedido a entidades gestoras de recursos por corretoras de títulos e valores mobiliários ou outros fornecedores, em contraprestação ao direcionamento de transações de veículos de investimentos geridos pelas entidades gestoras de recursos, para fins de auxílio no processo de tomada de decisões de investimento em relação aos respectivos veículos. Os acordos de soft dollar somente são aceitos se quaisquer benefícios oferecidos:

- a) possa ser utilizado diretamente para melhorias de tomada de decisão de investimentos pelas gestoras;
- b) serem razoáveis em relação ao valor das comissões pagas; e
- c) não afetar a independência da Parcitas Investimentos.

Toda decisão referente a soft dollar será tomada pelo Comitê de Riscos e Compliance.

9. Segregação das atividades e informações confidenciais

A Parcitas exerce a atividade de administração de carteiras e valores mobiliários, que é regulamentada pela CVM. Essa função requer credenciamento específico e está sujeita a diversas exigências, incluindo a total segregação das suas operações de administração de carteiras e valores mobiliários de outras atividades reguladas pela CVM que possam ser conduzidas pela Parcitas ou por suas empresas controladoras, controladas, ligadas e coligadas.

Nesse contexto, a Parcitas garantirá, sempre que aplicável, a completa segregação de suas atividades para Colaboradores, investidores e autoridades reguladoras e autorreguladoras. Para isso, adotará procedimentos operacionais que assegurem a separação física nas instalações e a segregação lógica em sistemas e infraestrutura de tecnologia entre as gestoras que compõem o Grupo Parcitas Investimentos (conforme definido abaixo) e as empresas vinculadas, responsáveis, quando aplicável, por outras atividades no mercado de capitais.

9.1. Confidencialidade nas informações

As disposições do presente capítulo se aplicam aos Colaboradores que, por meio de suas funções na Parcitas Investimentos, podem ter ou vir a ter acesso a informações confidenciais ou informações privilegiadas de natureza financeira, técnica, relacionamento com investidores, estratégica, negocial ou econômica, dentre outras.

Caso a Parcitas Investimentos venha a contratar terceiros para prestação de serviços e estes venham a ter acesso a informações confidenciais, conforme abaixo definido, o contrato de prestação de serviços deverá prever cláusula de confidencialidade e, ainda, o estabelecimento de indenização em caso de quebra de sigilo. A Parcitas avaliará, ainda, a necessidade dos funcionários do terceiro contratado envolvidos diretamente na prestação dos serviços e que tiverem acesso a informações confidenciais assinarem pessoalmente um termo de confidencialidade nos moldes do documento disponível neste manual.

Conforme disposto no Termo de Confidencialidade nos moldes do documento disponível neste manual, que deverá ser assinado por todos os Colaboradores antes do início de suas atividades, nenhuma informação confidencial deve, em qualquer hipótese, ser divulgada fora do âmbito das atividades da Parcitas Investimentos. Fica vedada qualquer divulgação, no âmbito pessoal ou profissional, que não esteja em acordo com as normas legais e de compliance da Parcitas, especialmente, mas não de forma limitada, aquelas transcritas nos moldes do documento disponível neste manual.

Na questão de confidencialidade e tratamento da informação, o colaborador deve cumprir o estabelecido nos itens a seguir, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável.

São consideradas informações confidenciais, independente destas informações estarem contidas em meio físico, eletrônico, verbais ou apresentadas de modo tangível ou intangível, qualquer informação sobre a Parcitas Investimentos, seus sócios, parceiros comerciais e investidores, incluindo:

- a) *Know-how*, técnicas, cópias, diagramas, modelos, amostras, programas de computador;
- b) Informações técnicas, financeiras ou relacionadas a estratégias de investimento e desinvestimento ou comerciais, incluindo, mas não se limitando a saldos, extratos e posições de investidores cujos veículos de investimentos são geridos pela Parcitas;
- c) Saldos, operações, posições, negócios e seus respectivos valores analisadas ou realizadas pelos veículos de investimentos geridos pela Parcitas;
- d) Relatórios, estudos, opiniões e apresentações internas sobre ativos financeiros exceto quando não o forem disponibilizados ao público em geral;
- e) Relação de investidores, contrapartes comerciais, fornecedores e prestadores de serviços;
- f) Informações estratégicas, mercadológicas ou de qualquer natureza relativas às atividades da Parcitas e a seus sócios ou investidores;
- g) Informações a respeito de resultados financeiros antes da publicação dos balanços e balancetes dos veículos de investimentos geridos pela Parcitas;
- h) Transações realizadas e que ainda não tenham sido divulgadas publicamente;
- i) Quaisquer dados pessoais para fins da lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme definições previstas neste manual; e
- j) Outras informações obtidas junto a sócios, diretores, funcionários, trainees ou estagiários da Parcitas ou, ainda, junto a seus representantes, consultores, assessores, investidores, fornecedores e prestadores de serviços em geral.

Prevalece como regra e em qualquer situação de dúvida, o caráter sigiloso dos dados, informações, comunicações e qualquer tipo de informação que possam ser divulgadas para terceiros, incluindo amigos, parentes, investidores, outros Colaboradores, pessoas ligadas a outras Gestoras do grupo Parcitas

9.2. Segregação da Parcitas e tratamento de potenciais conflitos de interesse

A estrutura organizacional do Grupo Parcitas foi cuidadosamente desenhada para garantir a especialização, a independência e a conformidade regulatória de suas gestoras. A política de gestão de conflitos de interesses, aliada a barreiras rigorosas de informações e a uma forte governança, assegura que os interesses dos investidores sejam sempre protegidos e que as operações sejam conduzidas de forma ética e transparente.

Neste sentido, o Grupo Parcitas atualmente é composto por duas gestoras de recursos que operam de forma independente, cada uma com especialização em mercados específicos. As gestoras são:

Parcitas Ações Gestão de Recursos Ltda.: Focada na gestão de recursos e na seleção de ativos preponderantemente relacionados à renda variável (ações de empresas), utilizando uma abordagem fundamentalista bottom-up, que se concentra na análise detalhada das empresas individualmente para identificar oportunidades de investimento.

Parcitas Macro Gestão de Recursos Ltda.: Especializada na gestão de recursos e na seleção de ativos predominantemente relacionados a juros, moedas, commodities, estratégias relativas e renda variável (principalmente via índices), adotando uma abordagem fundamentalista macroeconômica top-down, que se baseia na análise de fatores macroeconômicos para guiar decisões de investimento.

9.2.1. Estrutura de Cogestão

A Parcitas pode adotar o modelo de cogestão para a administração de alguns portfólios. Essa estrutura permite que as gestoras apliquem suas expertises complementares e especializadas a um mesmo fundo, elevando a qualidade e a personalização da gestão. A cogestão é estruturada de forma a maximizar os benefícios da experiência e especialização de cada gestora, proporcionando uma gestão integrada e robusta para os investidores.

9.2.2. Gestão de Conflitos de Interesses

Cada gestora do Grupo Parcitas opera em segmentos de mercado distintos e não concorrentes, o que minimiza significativamente as possibilidades de conflitos de interesses entre suas atividades. Além disso, para reforçar a independência e a segurança das operações:

- Infraestrutura Física e de Dados: As gestoras operam em instalações físicas e infraestruturas completamente separadas, localizadas em cidades diferentes. As redes de dados de cada gestora são logicamente segregadas, com acesso restrito por login e senha exclusivos de cada colaborador.
- Separação Funcional: Cada gestora possui uma equipe de gestão própria e especializada, incluindo um Diretor de Investimentos e uma equipe técnica exclusiva. Essa separação funcional garante que cada área de atuação tenha a expertise necessária sem comprometer a colaboração nas áreas de risco, compliance, e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

- Tratamento de Conflitos de Interesses: Para mitigar potenciais conflitos de interesses, os Colaboradores que desempenham funções que beneficiam mais de uma gestora não têm sua remuneração atrelada exclusivamente ao desempenho de uma única gestora. Isso assegura uma abordagem imparcial e alinhada com os interesses gerais do Grupo Parcitas.

9.2.3. Barreira de Informações e Controle de Acesso

Os Colaboradores das gestoras do Grupo Parcitas são obrigados a manter uma barreira de informações entre as gestoras, garantindo que não haja compartilhamento indevido de dados confidenciais. A única exceção a essa regra é para a equipe de Riscos e Compliance do Grupo, que tem acesso completo às informações de todas as gestoras.

O Diretor de Riscos e Compliance é responsável por controlar, restringir e monitorar todos os procedimentos para garantir que essa barreira de informações não seja violada. Qualquer violação desta política resultará em penalidades previstas no Manual de Compliance.

9.2.4. Responsabilidade do Comitê de Riscos e Compliance

Em situações excepcionais onde haja necessidade de resolver conflitos de interesses ou violações potenciais das barreiras de informações, o Comitê de Riscos e Compliance será convocado para discutir e tomar as decisões necessárias. Este comitê é encarregado de garantir que as operações do Grupo Parcitas permaneçam dentro dos mais altos padrões de integridade e conformidade regulatória.

10. Conflito de interesses

10.1. Introdução

O colaborador tem o dever de agir com boa-fé e de acordo com os interesses dos investidores e da Parcitas Investimentos com o intuito de não ferir a relação fiduciária junto com estes.

Para tanto, o colaborador deverá estar atento para uma possível situação de conflito de interesses, e sempre que tal situação ocorrer deverá informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico e ao Diretor de Riscos e Compliance sobre sua existência e abster-se de consumir o ato ou omissão originador do conflito de interesses até decisão em contrário.

Atualmente, a Parcitas Investimentos desempenha exclusivamente atividades voltadas para a gestão de carteiras de valores mobiliários, as quais são exaustivamente reguladas, especialmente pela CVM. Além disso, os serviços de gestão desempenhados pela Parcitas não se caracterizam como gestão de patrimônio, conforme definição do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros.

A atividade de administração de carteira exige credenciamento específico e está condicionada a uma série de providências, dentre elas a segregação total dos Colaboradores envolvidos em tal atividade de outras que futuramente possam vir a ser desenvolvidas pela Parcitas Investimentos ou empresas controladoras, controladas, ligadas ou coligadas, bem como prestadores de serviços.

Neste sentido, a Parcitas Investimentos, quando necessário, garantirá aos Colaboradores, seus investidores e às autoridades reguladoras, a completa segregação de suas atividades, adotando procedimentos operacionais objetivando a segregação física de instalações entre a Parcitas Investimentos e empresas responsáveis por diferentes atividades prestadas no mercado de capitais.

Neste sentido, todos os Colaboradores deverão respeitar as regras e segregações estabelecidas neste manual e guardar o mais completo e absoluto sigilo sobre as informações que venham a ter acesso em razão do exercício de suas atividades. Para tanto, cada colaborador, ao firmar o Termo de Compromisso e Ciência, atesta expressamente que está de acordo com as regras aqui estabelecidas e, por meio da assinatura do Termo de Confidencialidade, abstém-se de divulgar informações confidenciais que venha a ter acesso.

10.2. Disclosure aos Investidores

A Parcitas Investimentos deve exercer suas atividades com lealdade e boa-fé em relação aos seus investidores, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida.

Caso se encontre em um potencial situação de conflito de interesses, a Parcitas Investimentos entende que a ampla divulgação de potenciais conflitos de interesses aos seus investidores, de forma clara, é o meio mais eficaz de mitigação de tais conflitos.

Portanto, quando do exercício de suas atividades, os Colaboradores devem atuar com a máxima lealdade e transparência com os investidores. Isso significa, inclusive, que diante de uma situação de potencial conflito de interesses, a Parcitas Investimentos deverá informar ao cliente que está agindo em conflito de interesses e as fontes desse conflito, sem prejuízo do dever de informar após o surgimento de novos conflitos de interesses.

10.3. Conflito com Atividades Externas

É proibido que Colaboradores da Parcitas Investimentos desenvolvam qualquer atividade paralela concorrente e/ou incompatível com o negócio conduzido pela empresa, ou, ainda, que possam gerar conflitos de interesse, ainda que potenciais, com as atividades desempenhadas pela Parcitas Investimentos.

Qualquer atividade paralela que interfira ou que possa interferir no trabalho ou no

desempenho do colaborador estará condicionada à autorização prévia e expressa do Diretor de Riscos e Compliance, que deverá informar os sócios administradores da Parcitas Investimentos sobre a decisão tomada.

Não é permitido que Colaboradores da Parcitas Investimentos:

- a) Exerçam atividades político-partidárias nas dependências da empresa;
- b) Utilizem bens ou recursos da Parcitas Investimentos para causas alheias ao seu objeto ou campanhas políticas.

10.4. Conflito de interesses entre atividades prestadas pela Parcitas ou Grupo Parcitas

De modo geral, ao identificar qualquer situação de potencial conflito de interesses entre as atividades realizadas pelo Grupo Parcitas, seus Colaboradores e/ou empresas vinculadas, em relação aos fundos de investimento sob gestão, a Parcitas compromete-se a tomar todas as medidas cabíveis, conforme previsto na regulamentação vigente, para garantir a contínua observância de seu dever fiduciário e de boa-fé na atuação, incluindo, quando aplicável, as seguintes ações:

- Sempre que aplicável, a Parcitas solicitará ao administrador dos fundos de investimento sob sua gestão a convocação de assembleia geral de cotistas para deliberar sobre a questão em pauta, em conformidade com o regulamento e a legislação vigente aplicável ao fundo. Além disso, avaliará a necessidade e a obrigatoriedade de incluir uma redação expressa no regulamento dos fundos sobre o assunto, assegurando a ampla e total divulgação da informação aos cotistas e potenciais investidores.
- Incluir no Formulário de Referência da Parcitas, sempre que aplicável, a identificação de situações que possam representar potenciais conflitos de interesses com as atividades de gestão de recursos de terceiros realizadas pelas gestoras do Grupo Parcitas.

A PARCITAS PRESTA EXCLUSIVAMENTE O SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, NÃO HAVENDO, PORTANTO, CONFLITOS DE INTERESSES A SEREM REPORTADOS EM RELAÇÃO A OUTROS TIPOS DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELAS EMPRESAS DO GRUPO PARCITAS.

10.5. Comitês internos

Membros específicos da equipe de Gestão da Parcitas podem integrar comitês internos da

equipe de Gestão de outras gestoras dentro do Grupo Parcitas, desde que o objetivo principal dessa participação seja fornecer opiniões sobre as diretrizes globais e estratégicas empresariais do grupo.

Embora a natureza das atividades desenvolvidas pela Parcitas possa levar ao acesso a informações confidenciais, a Parcitas entende que o uso inadequado dessas informações é mitigado pelas disposições contidas neste documento, nas demais políticas internas da Parcitas e na regulamentação vigente.

10.6. Conflito de interesses entre fundos de investimentos sob Gestão da Parcitas

No caso de operações envolvendo fundos de investimento geridos pela Parcitas em diferentes posições na mesma operação, a equipe de Gestão da Parcitas deve seguir as regras de segregação de informações e os procedimentos para o tratamento de informações confidenciais, conforme estabelecido no capítulo de Confidencialidade deste documento.

As classes de fundos sob gestão da Parcitas só podem realizar tais operações se forem permitidas por seus respectivos regulamentos, e deverão observar a necessidade de aprovação em assembleia geral de cotistas conforme exigido pela regulamentação, quando aplicável. Além disso, essas operações só serão permitidas para fins de ajuste de posições dos fundos e devem ser realizadas dentro dos parâmetros de preço praticados pelo mercado, sem conceder rentabilidade desproporcional a uma classe em detrimento de outra.

Nessas situações, as equipes de Gestão da Parcitas envolvidas devem notificar a equipe de Riscos e Compliance sobre a operação entre classes geridas pelo Grupo Parcitas. A equipe de Riscos e Compliance será responsável por monitorar a operação e garantir a implementação das medidas mencionadas acima.

Se a equipe de Riscos e Compliance identificar um evento que possa caracterizar um conflito de interesses, o Diretor de Riscos e Compliance poderá determinar a adoção de medidas adicionais que considerar necessárias, incluindo a interrupção da operação proposta.

11. Sanções

O descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das normas, procedimentos, princípios, conceitos e valores estabelecidos neste Código, de que a Parcitas venha a ter conhecimento podem estar sujeitos a sanções. Nesta esfera, compete ao Diretor de Riscos e Compliance apreciar a situação e caso necessário, reunirá o Comitê de Riscos e Compliance para:

- Avaliar descumprimentos deste Código, das regulamentações e das políticas internas da

Parcitas, bem como atos individuais que possam contrariar ou prejudicar os negócios da Parcitas;

- Avaliar os conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade dos Colaboradores da Parcitas; e
- Aplicar as eventuais medidas disciplinares necessárias em casos graves.

Caso a violação e/ou suspeita de violação recaia sobre o próprio Diretor de Riscos e Compliance, o colaborador deverá informar diretamente o Diretor de Investimentos da Gestora.

12.Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas a presente política, tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

O presente Código está disponível na sede da Gestora bem como endereço eletrônico da gestora www.parcitas.com.br.

13.Dúvidas

Quaisquer dúvidas ou questionamentos a esta política deverão ser levadas ao Diretor de Riscos e Compliance. Toda a comunicação a área de Compliance sob a presente política tem caráter confidencial, devendo ser feita através do e-mail compliance@parcitas.com.br

14.Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade às normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
CE_1	Assinatura do Anexo I	Compliance	Anual	Compliance
CE_2	Revisão da Política	Compliance	Anual	Compliance

15. Controle de Versões

Nome do documento:	Código de Ética e Conduta Profissional
Área de emissão:	Riscos e Compliance

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.23	1.0	12	Comitê de Riscos e Compliance
25.03.24	1.1	12	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.25	1.2	20	Comitê de Riscos e Compliance
02.01.26	1.3	20	Comitê de Riscos e Compliance

Anexo I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL

Por meio deste instrumento, eu, _____
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____ declaro que tenho
conhecimento integral do Código de Ética e Conduta Profissional (“Código”) da Parcitas

De acordo com este termo, declaro também:

- ☐ Ter recebido, na presente data, o Código de Ética e Conduta Profissional da Parcitas.
- ☐ Ter lido, sanado todas as minhas dúvidas e entendido integralmente as disposições deste Código, reconhecendo que essa leitura e compreensão constituem parte integrante do meu processo de treinamento e capacitação para o pleno cumprimento de suas diretrizes.
- ☐ Estar ciente que o Código como um todo passa a fazer parte dos meus deveres como Colaborador da Parcitas, incorporando-se as demais regras internas adotadas pela Parcitas
- ☐ Estar ciente do meu compromisso de comunicar ao Diretor de Riscos e Compliance ou a instituição através do Canal de Denúncias qualquer situação que chegue ao meu conhecimento que seja conflitante com as regras definidas neste Código.

[Local], [Data]

Assinatura do Colaborador



parcitas
i n v e s t i m e n t o s